



COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PREVISÓRIA N. 915, DE 2019.

Aprimora os procedimentos de gestão e alienação
dos imóveis da União.



CD/20503.20865-33

EMENDA ADITIVA Nº

Dê-se ao §3º do art. 23-A da Lei n. 9.636, de 15 de maio de 1998, contido no art. 1º da Medida Provisória nº 915, de 2019, a redação que segue, renumerando-se o atual §3º e os parágrafos que lhe sucedem:

“Art. 23-A

.....

.....

§3º Para fins do parágrafo anterior, a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União notificará o município ou o Distrito Federal para que se manifeste, ouvido o órgão colegiado de política urbana, sobre a oportunidade e conveniência da alienação onerosa proposta, considerados os respectivos planos de uso e ocupação do solo.”

JUSTIFICATIVA

A emenda visa a assegurar um mínimo de articulação e alinhamento entre os entes federativos no processo de alienação dos imóveis da União.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nesse sentido, propusemos que a decisão sobre a conveniência e oportunidade da venda de imóveis da União pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União não seja tomada sem ouvir os municípios onde os imóveis estão situados, que poderão trazer argumentos relevantes sobre o planejamento de desenvolvimento econômico e social local, contidos no plano diretor e as leis de zoneamento urbano.

Sala da Comissão, em 10 de fevereiro de 2019.

DEPUTADO CAMILO CAPIBERIBE

PSB-AP



CD/20503.20865-33